



**PUBLICADO
EM SESSÃO**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ACÓRDÃO N° 1.027/2016

(22.9.2016)

**RECURSO ELEITORAL N° 593-02.2016.6.05.0003 – CLASSE 30
SALVADOR**

RECORRENTE: Cláudio Antônio Dias da Silva. Advs.: Eduardo Rodrigues da Souza e Mariana Ramos Ribeiro.

PROCEDÊNCIA: Juízo Eleitoral da 3ª Zona.

RELATOR: Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

Recurso. Ausência de certidão da Justiça Estadual de primeiro grau. Sentença pelo indeferimento. Juntada da certidão antes do julgamento respectivo nas vias ordinárias. Inteligência das Súmulas TSE n°s 43 e 50. Provimento.

1. As alterações fáticas ou jurídicas, ocorridas após a formalização do pedido de registro de candidatura, que afastem a inelegibilidade devem ser consideradas, a teor do art. 11, § 10 da Lei n° 9.504/97 e da Súmula TSE n° 43;

2. O pagamento de multa eleitoral pelo candidato após o pedido de registro, mas antes de seu julgamento respectivo, afasta o impeditivo à obtenção da quitação eleitoral, nos termos da Súmula TSE n° 50, pelo que suprida a omissão que obstava o deferimento do registro em questão;

3. Recurso a que se dá provimento.

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 22 de setembro de 2016.

MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Juiz-Presidente

RECURSO ELEITORAL Nº 593-02.2016.6.05.0003 – CLASSE 30
SALVADOR

FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS
Juiz Relator

RUY NESTOR BASTOS MELLO
Procurador Regional Eleitoral

RECURSO ELEITORAL Nº 593-02.2016.6.05.0003 – CLASSE 30
SALVADOR

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso eleitoral interposto por Cláudio Antônio Dias da Silva contra decisão proferida pelo Juízo Eleitoral da 3ª Zona – Salvador, que indeferiu o Registro de Candidatura, por inobservância aos requisitos previstos no art. 27, §§ 1º e 2º da Resolução TSE nº 23.455/2015.

Em suas razões, o recorrente aduz que a sentença teria se fundamentado na ausência da certidão da Justiça estadual de 1º grau. Tal irregularidade, entretanto, segundo afirma, teria sido suprida com a sua juntada à fl. 35, conferindo-lhe, desse modo, aptidão para concorrer ao pleito vindouro.

Ao final, vindica seja dado provimento ao recurso, reformando a sentença de 1º grau.

Com vista dos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral, em seu pronunciamento de fls. 45/45v, manifestou-se pelo provimento do recurso.

É o relatório.

RECURSO ELEITORAL Nº 593-02.2016.6.05.0003 – CLASSE 30
SALVADOR

V O T O

Da análise dos autos, firmo convicção de que o recurso merece provimento.

O registro de candidatura do recorrente foi indeferido em razão da ausência da certidão da Justiça Estadual de 1º grau.

Compulsando os autos, entretanto, verifico que o recorrente colaciona ao presente feito, certidão de fl. 35, por meio da qual se extrai a informação de que nos registros de distribuição dos feitos criminais nada consta a seu respeito.

Nessa direção, incide o quanto disposto na norma extraída da parte final do art. 11, § 10 da Lei nº 9.504/97, segundo a qual “as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade”.

Na mesma diretiva, a Súmula TSE nº 43 dispõe que “As alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao registro que beneficiem o candidato, nos termos da parte final do art. 11, § 10 da Lei nº 9.504/97, também devem ser admitidas para as condições de elegibilidade”.

Demais disso, o Tribunal Superior Eleitoral já pacificou entendimento, através da edição da Súmula nº 50, segundo o qual o pagamento de multa eleitoral pelo candidato ou a comprovação do cumprimento regular de parcelamento após o pedido de registro, mas antes de seu julgamento respectivo, afasta a ausência de quitação eleitoral.

**RECURSO ELEITORAL Nº 593-02.2016.6.05.0003 – CLASSE 30
SALVADOR**

Nessa perspectiva, considerando a jurisprudência remansosa do TSE e dos tribunais regionais pátrios, temos como admissível o adimplemento da multa eleitoral, desde que não esgotada as vias ordinárias. Neste sentido, confira-se:

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2016. QUITAÇÃO ELEITORAL. AUSÊNCIA ÀS URNAS. CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE. PAGAMENTO DE MULTA. INSTÂNCIA ORDINÁRIA. CAUSA SUPERVENIENTE AO REGISTRO DE CANDIDATURA. 1. O pagamento de multa eleitoral após a formalização do registro, desde que ainda não esgotada a instância ordinária, preenche o requisito da quitação eleitoral, por também ser aplicável o art. 11, § 10, da Lei nº 9.504/97 às condições de elegibilidade, e não apenas às causas de inelegibilidade (Precedente: REspe 809-82, Rel. Min. Henrique Neves, em sessão de 26.8.2014). 2. A Resolução n.º 23.455, que dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016, no artigo 27, § 12, contempla a orientação jurisprudencial da Corte Superior Eleitoral, incluindo as condições de elegibilidade como possíveis de serem alteradas por causas supervenientes ao registro de candidatura. 3. Recurso conhecido e provido.

(TRE-PA - RE: 9362 URUARÁ - PA, Relator: CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Data de Julgamento: 16/09/2016, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 16/09/2016)

No caso concreto, portanto, restou satisfeito o requisito de elegibilidade em comento, razão pela qual, entendo que o recorrente encontra-se apto a ter seu registro de candidatura deferido.

Desse modo, por tudo o que se acaba de evidenciar, na esteira do opinativo ministerial, voto pelo provimento do recurso para deferir o

RECURSO ELEITORAL Nº 593-02.2016.6.05.0003 – CLASSE 30
SALVADOR

registro de candidatura de Cláudio Antônio Dias da Silva.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 22 de setembro de 2016.

Fábio Alessandro Costa Bastos
Juiz Relator